

Espaço Europeu de Investigação e Posicionamento dos “Países Pequenos” da UE

Manuel Mira Godinho

Luísa Henriques

Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa

Fundação para a Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

1. A Ciência Europeia encontra-se num momento de mudança acelerada e intensa. Tal mudança decorre:

Da influência de forças globais, exteriores à UE, que pressionam os cientistas e as organizações de ciência europeias a adaptar-se;

De estratégias individuais e das organizações de investigação científica que procuram um reposicionamento mais favorável;

Das políticas nacionais e europeias que procuram influenciar essa mudança e catalizá-la em determinadas direcções.

É neste quadro de mudança que ocorreu, depois da Cimeira de Lisboa de 2000, a proposta do Espaço Europeu de Investigação, actualmente em fase de reapreciação estratégica por via da recente publicação de um Livro Verde para discussão pública [COM(2007) 161 final, 4.4.2007].

2. Este quadro de mudança é caracterizado por vários movimentos simultâneos:

Tendência para a concentração estrutural, com aparecimento de organizações de maior dimensão por via da consolidação de unidades mais pequenas – o objectivo é, em geral, alcançar visibilidade e projecção nos rankings internacionais;

Criação de um “Mercado Único” de emprego científico, com captação de talentos para além das fronteiras nacionais;

Maior divisão do trabalho, com algumas organizações especializadas em actividades de ponta e outras em actividades de “produção” mais rotineiras (algumas mesmo em regime de “subcontratação”).

3. No referido Livro Verde é mencionada a existência de uma “visão” para o Espaço Europeu de Investigação. Tal visão consiste basicamente no seguinte:

Facilitar a mobilidade de investigadores (para permitir o “Mercado Único” de emprego científico);

Investimento europeu na construção de grandes infraestruturas de investigação (o que corresponde a uma “federalização” científica);

Favorecimento da excelência, concentrada em organizações de grande dimensão;

Maior coordenação das políticas nacionais.

A palavra-chave nesta política é “concentração” (para contrariar o que é designado por “fragmentação” excessiva). Pode-se afirmar que a UE procura estabelecer na área da Ciência algo idêntico ao que conseguiu com o “Mercado Comum” na área económica.

4. Neste contexto faz sentido questionar: “*big is always better*”? Ou, de outro modo: fará sentido uma forte focalização em “economias de escala” nas organizações constituintes do “mercado” científico?

Sendo a ciência não só uma actividade económica cada vez mais importante, mas mesmo um sector de actividade económica fulcral nos dias de hoje, a colocação das questões anteriores é, sem dúvida, pertinente.

A análise das dinâmicas disciplinares e sub-disciplinares sugere que a resposta a essas questões é apenas parcialmente positiva. Existem diferentes dinâmicas científicas, sendo necessário reconhecê-las:

Há domínios em expansão e contribuindo intensamente para o estabelecimento de novas áreas e temas “quentes” de investigação, a par de outros que se encontram em fases de maturidade e pouco dinâmicos;

Nalguns casos “grande” é uma palavra-chave, noutras palavras como *networking* são mais importantes.

Enfim, existem diferentes modos de produção de conhecimento e diferentes modelos de eficiência. A variedade deve ser respeitada.

Porventura a política europeia nesta área, fixando-se no estímulo à concentração, surge enviesada mais para os aspectos estruturais que para os institucionais (incluem-se nos aspectos institucionais as “regras de jogo”, os sistemas de incentivos, os factores que determinam a formação de atitudes e influenciam os comportamentos...). A criação de “gigantes científicos” tem vantagens, mas poderá também induzir à constituição de hierarquias burocráticas, estranguladoras da criatividade e do empreendedorismo científico.

5. Que posicionamento devem ter os “pequenos países” europeus, num quadro que está a favorecer a grande dimensão, a concentração de recursos e a aglomeração espacial de actividades?

Antes de tudo estes países devem conhecer com rigor o respectivo posicionamento no panorama evolutivo da ciência europeia e global:

Quais são as respectivas áreas fortes e fracas?

Como é que elas se relacionam com as áreas em expansão, em maturidade e em declínio?

Quais as vantagens comparativas reveladas?

Como é que as equipas nacionais estão integradas no Espaço Europeu de Investigação e, de forma mais geral, em termos internacionais?

Como é feito o financiamento dessa integração?

Recentemente, a 17 de Maio, num seminário público no ISEG em Lisboa, a Professora Maria Graça Carvalho referiu que Portugal, com uma quota de financiamento de 1,4%, era um contribuinte líquido do Programa Quadro de IDT da UE. Comparativamente, de acordo com a oradora, a Grécia mostra uma capacidade seis vezes superior à portuguesa de ir buscar fundos ao Programa Quadro.

A exploração de um posicionamento mais favorável é imprescindível. Há que colocar bandeiras no mapa da investigação global. Os países pequenos deverão apostar em áreas onde revelam maior vantagem comparativa e detectar as áreas mais promissoras e em crescimento rápido, procurando aí fomentar unidades. O objectivo é desenvolverem-se pólos de especialização científica, nos quais os pequenos países se possam afirmar como referência incontornável a nível europeu e internacional. A produção de ferramentas de investigação e sua promoção poderão ajudar a obter esse posicionamento mais favorável.

No plano político europeu, é necessária uma intervenção activa e informada para defesa de iniciativas e programas que sejam consistentes com esta postura de afirmação da investigação científica realizada nos países mais pequenos. A aglomeração espacial sendo eficiente em algumas circunstâncias, pode noutras situações traduzir-se em custos económicos e sociais, por via de eliminação da variedade e da redução da capacidade difusora de novo conhecimento. Os efeitos de polarização das actuais tendências e intervenções podem intensificar não só o *brain-drain* dos recursos humanos, mas mesmo contribuir para uma absorção de recursos financeiros da periferia para o centro. Neste quadro, a participação na definição da agenda de política

científica europeia – e uma adequada exploração das iniciativas decorrentes – é, pois, indispensável.